



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

15 DE MAIO
PALÁCIO DO PLANALTO
BRASÍLIA-DF

PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE
JOSÉ SARNEY, POR OCASIÃO DA INSTA-
LAÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DE
INFORMÁTICA — CONIN

É com plena consciência da importância deste momento que presido a abertura dos trabalhos da primeira reunião do Conselho Nacional de Informática e Automação — CONIN, e dou cumprimento, desta forma, à Lei nº 7.232, aprovada em outubro de 1984 pelo Congresso Nacional.

Poucas vezes, na história recente do País, assistiu-se, em matéria de tal relevância, a votação tão próxima da unanimidade, expressão de um sentimento nacional, pela voz do Congresso.

Relembro aqui a palavra do saudoso Presidente Tancredo Neves quando, referindo-se a essa luta da nossa Casa de Representantes, definiu-a já com a determinação de incorporar seu sentido à tarefa maior que incumbiria à Nova República: “o Congresso Nacional viveu um momento histórico ao elaborar a Lei de Informática que é, ao mesmo tempo, instrumento de resguardo dos direitos dos cidadãos, das liberda-

des democráticas, da soberania nacional e da cultura do povo. Esta lei será a pedra-angular da construção desse projeto que, sendo nacional, nos fará partícipes do moderno e do universal”.

A inovação tecnológica em campos como a Biotecnologia, a Microeletrônica e a Informática está presente nas grandes transformações das sociedades contemporâneas. Além de um fator de processo, é também preponderante na configuração do ordenamento internacional, impondo novas formas de relacionamento entre as nações.

O êxito da experiência brasileira em Informática expressa-se na existência, hoje, de mais de duas centenas de empresas nacionais, ofertando equipamentos de complexidade tecnológica crescente, projetados e fabricados no País, que já representam mais da metade do mercado brasileiro de computadores. Cerca de 25.000 pessoas, grande parte delas técnicos de alta qualificação, trabalham em nossa indústria de informática.

Nestes últimos anos, organizações públicas e privadas passaram a utilizar, de forma crescente, complexos de alta tecnologia. O sistema financeiro, as comunicações, a saúde pública, a educação, e até o lazer, são exemplos de campos que se apóiam progressivamente na informatização.

É necessário, neste instante, uma palavra tranqüilizadora ao Amazonas. Durante a campanha, afirmei em Manaus: “A Zona Franca foi uma experiência válida, e, assim, os incentivos devem continuar e ela deve ser prorrogada”. Reafirmo essa posição, agora como decisão de governo. As conquistas ali implantadas não serão abolidas ou revisadas.

Senhores,

Cabe ao Conselho Nacional de Informática a responsabilidade de normatizar a política para o setor.

Uma das primeiras tarefas será a formulação do plano nacional de informática, cujo esboço lhes foi submetido para que receba contribuições e aperfeiçoamento, antes de ser enviado ao Congresso Nacional.

Fundamental nesse esforço de mobilização de energias criativas é a participação efetiva, aqui neste Conselho, do empresariado, da comunidade científica, dos usuários, dos profissionais e técnicos. Essa participação garantirá o caráter democrático das decisões que dele venham a emanar.

Neste, como em outros campos da vida nacional, a grande missão do meu governo consistirá em contribuir para a construção de uma sociedade brasileira democrática, moderna e soberana. Por esse caminho trafega também o acesso aos benefícios da informática. Conto com a colaboração de todos os Senhores para alcançar este fim.